

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO XII GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Horta, 16 de novembro de 2016

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

No cumprimento de uma obrigação estatutária e regimental, mas, sobretudo, na concretização prática de uma profunda convicção democrática, apresentámos a esta Assembleia, para análise, debate e votação, o programa de ação que nos norteará durante os próximos quatro anos.

Hoje, aqui estamos, com o Parlamento dos Açores reunido em Sessão Plenária, competindo-me a mim, como Presidente do Governo, a intervenção de apresentação deste documento.

Este momento suscita, desde logo, três notas de índole política que gostaria de partilhar com esta Câmara e também com os Açorianos que nos acompanham.

A primeira tem a ver com o facto do Programa do XII Governo que agora se apresenta se alicerçar, de forma consciente, nos compromissos assumidos pelo Partido Socialista no âmbito do seu Programa Eleitoral e que foram sufragados maioritariamente pelos Açorianos.

A nossa convicção é que, também assim, contribuámos para o fortalecimento da relação de confiança entre eleitores e eleitos, na medida em que, na ação governativa, assumimos os objetivos que definimos no período eleitoral.

Um segundo aspeto tem a ver com o facto de, só após aprovado o Programa do XII Governo, ele entrar em plenitude de funções. A referência não é, como nunca poderia ser, um preciosismo ritualista, mas encerra em si mesma uma importante mensagem política quanto à fonte da legitimidade política do Governo, bem como quanto a quem ele responde, do ponto de vista político, no exercício do seu mandato.

Daqui decorre o terceiro aspeto que me parece importante também realçar aqui e que se prende com a íntima relação que se estabelece entre a legitimidade deste Parlamento no seu todo e a legitimidade que, sobretudo a partir da sua pronúncia sobre este documento, é a legitimidade do Governo.

Uma está íntima, intrincada, umbilicalmente entranhada na outra e julgo que isso, para benefício de todos, poderá ajudar a que todos percebamos melhor onde estamos e ao que vimos.

Aqui chegados, importa também precisar a forma como o Governo se apresenta perante esta Assembleia neste debate:

Pronto para, através de um debate sério, esclarecer, até onde for necessário, as nossas opções e o nosso entendimento;

Disponível para, mesmo tendo em conta as particularidades regimentais desta iniciativa e desta discussão, ouvir e refletir, de mente aberta e coração sincero, nas análises, nos contributos, nas críticas e em todas as intervenções que possam, no fundo, melhorar a nossa abordagem a este documento e a nossa ação;

Consciente que, fruto da nossa opção de apresentar a esta Casa um Programa de Governo que se alicerça, de forma abrangente, no Programa Eleitoral com que nos apresentámos aos Açorianos, aqui está também presente a confiança que os Açorianos, através do seu voto maioritário, manifestaram no Partido Socialista e no seu Programa, ou seja, estão também presentes as regras da Democracia.

O XII Governo dos Açores tem um rumo definido, tem opções claras que constam do seu Programa e tem a consciência dos desafios que estão à nossa frente.

É desta força e confiança que nos dá sabermos para onde vamos, sabermos o que temos de fazer para lá chegar e sabermos o que nos espera nesse caminho que resulta a possibilidade do Governo optar por uma prática que pode enriquecer, ainda mais, o mérito substantivo da nossa ação, que pode enriquecer, ainda mais, a nossa Democracia e valorizar a nossa Autonomia.

Nós estamos disponíveis, nós estamos interessados numa cultura de diálogo e de concertação, desde logo com os partidos políticos representados neste Parlamento, mas também, para além deste Parlamento, com os parceiros sociais e com as demais entidades representativas da sociedade açoriana.

Esta nossa disponibilidade e interesse para o diálogo e para a busca de consensos em áreas fundamentais para os interesses da Região é, não uma intenção circunstancial, mas um compromisso e uma postura que, sendo transversal a todo o Programa do Governo, é, igualmente, indispensável à concretização das traves-mestras do desenvolvimento de uma sociedade desenvolvida, moderna e progressista.

Os tempos que todos vivemos recentemente ensinaram-nos que, para se ultrapassar obstáculos e vencer desafios, é muito mais fácil e, sobretudo, muito mais eficaz e útil para os Açorianos, a criação de uma conjugação de vontades e de uma identidade de objetivos estratégicos, mesmo que, saudavelmente, discordemos da forma como lá chegar.

Neste processo, tenho por certo e por assente que, nem é desejável que ele seja um meio que vise apenas enformar a posição do Governo, nem é expectável que ele seja um meio de abdicarmos das nossas propostas para passarmos a professar aquelas daqueles com quem interagimos.

Esta deve ser uma oportunidade de confrontar visões, de ampliar perspectivas e de, em última instância, melhorarmos sempre uma atuação que se dirige aos Açorianos.

Nesse diálogo, para o qual estamos prontos, valorizamos decisivamente a lealdade num relacionamento institucional cuja lisura e correção nos métodos, nos procedimentos e nos propósitos fará com que todos os envolvidos prestigiem os Açores e a nossa Autonomia.

Nunca é demais sublinhar, a este propósito, que todos seremos poucos para responder aos desafios que se colocam à nossa Região, e que, como tal, a grandeza da esperança dos Açorianos nos Açores far-se-á com a força do seu Povo e com a força e mobilização dos seus órgãos de governo próprio e das suas entidades e representações.

Nos últimos quatro anos, o Governo dos Açores, mas, sobretudo, as famílias e as empresas açorianas confrontaram-se com enormes desafios resultantes de uma conjuntura externa complexa e muito severa, que teve inevitáveis reflexos económicos e sociais na nossa Região.

As causas e os efeitos desta realidade são, infelizmente, bem conhecidos de todos, assim como o esforço que o anterior Governo fez, indo até ao limite das suas competências e dos seus recursos, para mitigar os impactos na vida dos Açorianos de uma crise que nos chegou de fora e que surpreendeu, pela sua intensidade e duração, até os mais pessimistas.

Interessa aqui que nunca esqueçamos e, simultaneamente, reafirmemos a essencialidade que uma boa e rigorosa gestão das nossas finanças públicas assumiu nesse período que atravessámos e assume para o nosso futuro.

Trata-se, em suma, de reafirmar a perspetiva, pela qual sempre pugnamos e incrementamos, de que umas contas públicas saudáveis não são um objetivo em si mesmo, mas sim um instrumento que o Governo coloca ao serviço dos Açores, em prol de mais desenvolvimento económico, de mais solidariedade e de mais coesão territorial e social.

Não se trata, pois, de uma mera questão orçamental, mas antes, e sobretudo, de um verdadeiro pilar na nossa atuação, de uma condição *sine qua non* para que sejamos nós, Açorianos, a ter na nossa mão o poder de decisão sobre as medidas e políticas a adotar nas áreas de competência atribuídas pela nossa Autonomia, sem interferências ou submissões a entidades externas.

Este é um ponto de honra e uma marca impressiva dos governos do Partido Socialista dos Açores, que é salientado, ainda de forma mais expressiva, quando olhamos para outras realidades do nosso País.

No domínio da nossa economia, os indicadores disponíveis, mas também os sinais que nos chegam da sociedade, apontam para uma consolidação de um ambiente mais favorável ao nível da confiança e do comportamento da economia regional.

A isto acresce um conjunto de outros factos que importa referir, como sejam o estarmos já em velocidade de cruzeiro na execução do atual Quadro Comunitário de Apoio, a economia já estar a criar emprego, retomarmos um relacionamento estável com a República e vivermos numa Região que se tem caracterizado pela estabilidade política e social.

É neste quadro que o XII Governo dos Açores se apresenta nesta Casa com uma proposta de Programa que pretende mobilizar os Açores para as melhores respostas aos novos desafios do desenvolvimento económico da nossa terra, assentes na promoção da empregabilidade e do combate à precariedade laboral, no combate à pobreza e à exclusão social, conjugados com a competitividade e inovação empresarial e a valorização dos recursos naturais do nosso território.

Ou seja, depois de uma legislatura de resposta à emergência económica e social que nos foi imposta, queremos avançar para um novo patamar de políticas económicas com a criação de mais emprego, mas sobretudo mais estável e melhor remunerado, dando seguimento e consequência prática ao grande esforço que foi feito nos últimos anos e que permitiu que, nos Açores, a taxa de desemprego caísse de um máximo de 18 para os atuais 10,7 por cento.

E, se hoje registamos a taxa de desemprego mais baixa dos últimos cinco anos, a verdade é que, mais do que um motivo de autocomprazimento, estes dados estatísticos constituem um forte incentivo porque demonstram que, também aqui, estamos no caminho certo, a fazermos mais e melhor por quem ainda continua à procura de um primeiro, de um novo ou de um melhor emprego.

Referência especial merecem, nesse domínio, os objetivos da criação de emprego e do combate à precariedade laboral.

No primeiro caso, o ambiente de retoma económica na nossa Região, a retoma também de mais elevados níveis de investimento privado, permite-nos antecipar que, mesmo com as flutuações características da sazonalidade, a economia açoriana continuará neste trajeto de criação de emprego nos mais variados setores de atividade.

No caso do combate à precariedade laboral, assumimos este como um dos combates que, no domínio laboral, pretendemos reforçar nesta legislatura, quer com o reforço da capacidade inspetiva da Inspeção Regional de Trabalho, quer também com a desejável assunção, por parte, desde logo, das entidades patronais, da relação que existe entre precariedade e outros fenómenos, como a produtividade laboral ou empresarial.

Mas aqui, e até porque este será um sinal claro de compromisso nesse combate, que é a sério, e que é para já, queremos estar na linha da frente da concretização desse objetivo de fomentar a estabilidade laboral.

Assim, quero anunciar que vamos integrar definitivamente nos quadros da Administração Pública Regional todos os trabalhadores das carreiras do regime geral que estão contratados a prazo ou em nomeação transitória há mais de dois anos ininterruptamente, e cujo serviço corresponde à satisfação de necessidades permanentes dos serviços ou organismos da administração regional.

Igual medida será proposta aos que, ininterruptamente, há mais de três anos, prestam serviço, na modalidade de avença ou tarefa, na administração regional, satisfazendo necessidades permanentes da mesma.

Este novo ciclo que agora iniciamos não nos faz iludir sobre a necessidade de continuar a concretizar medidas de apoio social destinadas aos setores mais fragilizados da nossa sociedade.

Nesse sentido, uma das áreas que privilegiaremos de forma muito incisiva e determinada é o combate à pobreza e à exclusão social, através de um projeto de intervenção que inclua entidades públicas, mas que, mais uma vez, exige que se convoquem todas as entidades privadas das várias áreas que se relacionam e trabalham nesta problemática.

Porque acreditamos que estes fenómenos não devem – não podem – ser considerados como uma inevitabilidade sem resposta, queremos desenvolver uma verdadeira Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que terá uma grande atenção aos casos das crianças e dos jovens que se encontram nesta situação.

Da nossa parte, convocaremos todas as áreas da governação para esta estratégia concertada de combate a este fenómeno, reforçando e articulando as ações, desde logo ao nível da Educação, do Emprego e da Solidariedade Social.

E estamos verdadeiramente convictos que, da parte da sociedade açoriana, a mobilização de vontades, de esforços e de recursos para este verdadeiro desígnio regional terá resposta e trará resultados.

Primeiro, porque a solidariedade é uma marca indelével da nossa vivência coletiva que, felizmente, tem resistido à voracidade dos tempos modernos. Segundo, porque os Açores têm a melhor rede de proteção social do país, que facilita e potencia uma nova dinâmica e a priorização das políticas sociais a implementar na nossa Região.

Uma referência também, pela importância verdadeiramente estratégica que assume, à Educação.

Temos de avançar no caminho já iniciado pelo programa PROSUCESSO de recuperação dos indicadores relacionados com o sucesso escolar, os quais ainda não nos satisfazem e, por isso, exigem muito trabalho para que possam evoluir para patamares que orgulhem a nossa Região.

Reafirmamos aqui, como linha orientadora da ação do Governo nesse domínio, que temos por absolutamente claro e certo que o critério e a medida do nosso Sistema Educativo Regional é o aluno, a sua preparação e o seu sucesso.

Não ignorámos as relações e a interdependência que, com esse valor supremo, têm outros aspetos dentro do Sistema Educativo Regional, como, por exemplo, a componente de infraestruturas, de apoio social, de funcionários, de disciplina ou do pessoal docente.

Aliás, esse domínio, o relativo ao pessoal docente, é um daqueles em que o Governo também já se encontra a trabalhar na sequência de uma metodologia que foi estabelecida – recordo a necessidade de análise dos resultados dos concursos extraordinários e ordinários mais recentes -, bem como de objetivos que foram fixados, como, por exemplo, o estabelecimento da regra da anualidade dos concursos para o pessoal docente, bem

como a disponibilidade para a alteração da obrigatoriedade de permanência num lugar do quadro por três anos.

Tenho, por isso, gosto em tornar público que foram já endereçados convites aos sindicatos dos professores para a abertura formal de um processo de reforma desses aspetos de forma a que, também rapidamente, o Governo possa fazer chegar a esta Assembleia uma proposta de decreto legislativo regional que concretize o cumprimento desse que é um compromisso eleitoral.

Uma referência genérica também ao setor da Saúde e ao trabalho que nele queremos desenvolver no sentido de dar as respostas necessárias e inovadoras nas áreas em que ainda temos de melhorar, como é o caso, por exemplo, da acessibilidade dos Açorianos aos cuidados prestados pelo seu Serviço Regional de Saúde.

Mas, sobretudo, uma referência à necessidade de encetarmos novas abordagens, concretas, ambiciosas, determinadas, quanto ao contributo que as políticas públicas podem dar para a prevenção de problemas de saúde pública como sejam o tabagismo, o alcoolismo ou a dependência de substâncias psicoativas.

Nesses domínios, o exercício da nossa Autonomia não pode, entendemos nós, nem deve resumir-se apenas à questão das infraestruturas, dos recursos humanos ou do financiamento.

Entendemos ser já tempo de iniciarmos um processo de reposicionar os alicerces do nosso Sistema Regional de Saúde para a sustentação, cada vez mais incisiva e atuante, de políticas públicas de prevenção de grandes problemas de saúde pública.

E, nesse processo, devemos lançar mão de todos os mecanismos que estão ao nosso alcance.

Um exemplo concreto:

Os Açores têm o mais favorável regime fiscal sobre o consumo de tabaco a nível nacional.

Os Açores têm a mais elevada taxa de consumo de tabaco do nosso país.

Os Açores têm a mais elevada taxa de incidência e taxa de mortalidade por cancro do pulmão a nível nacional. No caso da taxa de mortalidade, ela é, praticamente, o dobro da nacional.

Mesmo considerando todas as outras componentes que relevaram para a definição de um regime fiscal mais favorável ao consumo de tabaco, e elas são também importantes – caso da importância económica, caso da importância do setor em termos de emprego -, o nosso entendimento é que é chegado o tempo de dar primazia à resolução do grave problema de saúde pública com que, desde logo nesse domínio, estamos confrontados.

Assim, o entendimento do XII Governo dos Açores é que essa situação deve ser alterada e deve ser significativamente alterada, e que vamos desencadear, o mais rapidamente

possível, os procedimentos necessários para um aumento significativo da carga fiscal sobre o preço do tabaco nos Açores.

Julgo útil lembrar aqui que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, de entre os vários instrumentos para a prevenção do consumo de tabaco, o mais poderoso e o mais eficaz é o aumento do preço do tabaco por via do aumento da sua taxação.

É esse o caminho que vamos seguir.

Estas são algumas das prioridades, entre muitas outras que serão aqui debatidas nestes dias, do projeto que vamos implementar nos Açores nos próximos quatro anos e para o qual vamos mobilizar toda a nossa energia, toda a nossa capacidade de trabalho, toda a nossa determinação e todo o nosso empenho.

Apesar da incerteza que se vive em várias partes do mundo, e à qual, como ficou provado nos últimos anos, os Açores não estão imunes, acreditamos que estamos mais fortes e que estão reunidas as condições para trabalharmos e alcançarmos as metas e os objetivos do Programa que propusemos aos Açorianos.

É verdade que não se vislumbram anos fáceis, porque alguns desafios ainda necessitam de respostas e soluções e porque, naturalmente, outros se colocarão ao Governo e aos Açorianos, mas partimos para este novo ciclo com a confiança e a esperança renovadas de que saberemos fazer o que for necessário para os vencer.

Disse.